



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO E EDUCAÇÃO**  
**ESCOLAR**

**DAYANA FERREIRA MARQUES**

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO**  
**INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE DONA INÊS/PB**

Orientador:  
Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre

Campina Grande/PB

2018

DAYANA FERREIRA MARQUES

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE DONA INÊS/PB**

Monografia apresentada à Coordenação da Pós Graduação em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar da Universidade Estadual da Paraíba, como um dos requisitos para a obtenção do título de especialista em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar.

Orientação do Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre

Campina Grande/PB

2018

DAYANA FERREIRA MARQUES

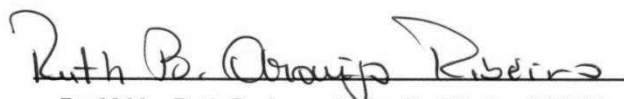
**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE DONA INÊS/PB**

Monografia julgada e aprovada em 03/05/2018

Comissão Examinadora

  
Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre (UEPB)  
Orientador

  
Prof.ª Dr. Diana Sampaio Braga (UEPB)  
Examinadora

  
Prof.ª Ms. Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro (UEPB)  
Examinadora

Campina Grande/PB

2018

M357p Marques, Dayana Ferreira.  
Política de educação especial na perspectiva da educação  
inclusiva no Município de Dona Inês [manuscrito] : / Dayana  
Ferreira Marques. - 2018.  
77 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano  
e Educação Escolar) - Universidade Estadual da Paraíba,  
Centro de Educação, 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre ,  
Departamento de Educação - CEDUC."

1. Educação inclusiva. 2. Atendimento educacional  
especializado. 3. Formação continuada .

21. ed. CDD 371.9

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer a DEUS por estar presente na minha vida em todos os momentos, sabendo as reais necessidades e, principalmente, tudo aquilo que preciso. Toda HONRA e toda GLÓRIA a ti Senhor!

Aos meus pais, Lúcia Ferreira (que só dormia quando eu chegava de madrugada, preocupada com a volta perigosa de Campina Grande a Bananeiras) e José de Jesus (Que não deixou de ir um dia me pegar na rodoviária, mesmo cansado de um dia de trabalho, estava a me esperar) a razão de tudo que sou hoje, acreditaram em mim e me acompanharam durante toda a especialização, nunca duvidaram da minha capacidade, me incentivando do início ao fim. A eles, que são os meus espelhos, minha gratidão!

Ao meu noivo e amigo, José Ribeiro, que esteve comigo na construção desse trabalho, incentivando e contribuindo de forma significativa. Sempre serei grata aos seus conselhos e apoio, fundamentais para o meu crescimento como pessoa, me aguentando nos dias em que nada dava certo e nos passos que dei para estar aqui hoje. Ao meu amor, minha gratidão!

As minhas colegas da especialização, de modo especial a Rayane Pereira, Livramento e Ediana, começamos juntas e terminamos, graças ao bom Deus!

A todos os professores da especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar, que me proporcionaram uma aprendizagem significativa e que irei levar por toda a minha vida. De modo especial, ao meu orientador Professor Eduardo Onofre, obrigada por nós mostrar outro lado da Educação Inclusiva. O Senhor é reflexo e esperança de uma educação para todos. Mais uma vez, muito obrigada!

Aos participantes dessa pesquisa, que ajudaram e contribuíram para que pudéssemos estar hoje apresentando este trabalho. As observações, as entrevistas, e a disponibilidades de vocês foram essenciais para realização do meu TCC.

## RESUMO

A educação inclusiva vai ser essencial para o desenvolvimento dos alunos, com ou sem necessidades educacionais especiais, o processo de tal precisa ser dinâmica, estrutural, pois, é preciso direcionar as condições necessárias para que haja um redimensionamento da prática educativa. Este trabalho tem o objetivo de investigar as ações pedagógicas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação do município de Dona Inês/PB, no campo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. A metodologia foi de cunho qualitativo. Utilizamos como instrumento metodológico uma entrevista semiestruturada. Os resultados demonstraram que o município precisa melhorar a oferta de formações continuadas para aqueles que colocam em prática a política de educação inclusiva em Dona Inês. Portanto, toda discussão realizada, desde os documentos oficiais, as falas dos sujeitos entrevistados, foi indispensável para compreender a Educação Inclusiva no município de Dona Inês.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Atendimento Educacional Especializado; Formação continuada.

## **ABSTRACT**

Inclusive education will be essential for the development of students, with or without special educational needs, the process of this needs to be dynamic, structural, therefore, it is necessary to direct the necessary conditions for a re-dimensioning of educational practice. This work has the objective of investigating the pedagogical actions developed by the Municipal Education Department of the municipality of Dona Inês / PB, in the field of special education in the perspective of inclusive education. The methodology was qualitative. We used as a methodological instrument a semi-structured interview. The results showed that the municipality needs to improve the offer of continuing education for those who put into practice the policy of inclusive education in Dona Inês. Therefore, all discussion, from the official documents, the speeches of the subjects interviewed, was indispensable to understand Inclusive Education in the municipality of Dona Inês

**Keywords:** Inclusive Education; Specialized Educational Assistance; Continuing education.

## **LISTAS DE SIGLAS**

AEE – Atendimento Educacional Especializado

CNE - Conselho Nacional de Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

NEE – Necessidades Educativas Especiais

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão



## **LISTAS DE IMAGENS**

- Imagem 1: Sala do Atendimento Educacional Especializado ..... p. 24  
Imagem 2: Pastas individuais dos alunos que frequentam o AEE..... p. 30

## Sumário

INTRODUÇÃO	8
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
1.1 A Educação Inclusiva no Brasil	13
1.2 A Educação Inclusiva e o Desenvolvimento Humano	16
1.3 Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado	18
2 METODOLOGIA	21
2.1 Tipo de Pesquisa	21
2.2 Instrumentos da Pesquisa	21
2.3 Campo de Pesquisa	22
2.4 Sujeitos da Pesquisa	24
2.5 Análise dos Dados	24
3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS	25
3.1 Diretrizes Operacionais do Município	26
3.1.1 Plano de Ação, Plano de Aula e Parecer Descritivo	28
3.2 O Significado da Educação Inclusiva e o Surgimento da Educação Inclusiva no Município	29
3.3 Ações voltadas para Educação Inclusiva: Acompanhamento e Avaliações	32
3.4 Ações do Atendimento Educacional Especializado	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICES	42
Apêndice A – Declaração de Concordância com Projeto de Pesquisa	43
Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	44
Apêndice C - Termo de Autorização para Gravação de Voz	46
Apêndice D – Roteiro das Entrevistas Semiestruturadas	48
ANEXOS	53
Anexo A - RESOLUÇÃO Nº 03/2014. Estabelece Normas Complementares para o SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO referente à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.	53
Anexo B - Parecer Individual	67
Anexo C – Plano de Ação 2018	69
Anexo D – Plano de Atendimento Individual	74

## INTRODUÇÃO

Quando voltamos os nossos olhares para a Educação Inclusiva, encontramos vários obstáculos, preconceitos, abandonos, desqualificações, que podem ser superados e reafirmados; conquistando assim uma educação que favoreça as potencialidades dos educandos e não se restrinja apenas ao termo “Incluir”. Sacristán (2002, p. 146) afirma que “a educação é inclusiva, ao proporcionar, pela escolarização, o exercício igualitário da cidadania, cuja ideia parte da premissa da igualdade entre os seres humanos, a liberdade, a autonomia, os direitos de participação.”

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1996)

A educação está assegurada em diversos documentos oficiais do Estado, seja na Constituição de 1988, na LDB 9.394/96, nas Diretrizes e Bases da Educação, nas políticas públicas afirmativas, porém, a concretização do que está escrito nesses documentos é um desafio para uma educação de qualidade e para todos. Para Freitas (2008, p. 19) quando se refere concretização de direitos:

Articular as temáticas “formação docente, diversidade e inclusão” torna-se uma tarefa desafiadora quando a sociedade e o sistema escolar buscam meios de garantir a todos o cumprimento dos seus direitos e deveres previstos constitucionalmente.

Com isso, não basta apenas os alunos estarem matriculados na escola, levando em consideração que este é o primeiro passo para acessar as políticas públicas de inclusão, mas é preciso ir além; é preciso a busca constante por uma educação que transforme a realidade dos educandos; que busque uma equidade de direitos, que olhe para a essência e, desta essência, a escola consiga diante de cada potencialidade compreender uma prática educativa inclusiva. Carvalho (2008, p.41) afirma que “numa escola que aposta na inclusão, isto é, que assume como uma causa, a diversidade não é um problema, podendo antes constituir uma oportunidade para aquisição de novos conhecimentos, novas convivências”.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que é preciso que haja a “eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência e o favorecimento pleno de sua integração à sociedade”. Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que “os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (BRASIL, 2001).

A educação inclusiva vai ser essencial para o desenvolvimento dos alunos, com ou sem necessidades educacionais especiais, e esta inclusão precisa ser dinâmica, estrutural, pois, é preciso direcionar as condições necessárias para que haja um redimensionamento da prática educativa. Menezes (2008, p.27) afirma que:

Incluir não é responsabilidade individual, é de toda a sociedade, depende de muitas variáveis, mas a escola enquanto instituição socializadora e potencialmente transformadora deve convergir sua proposta numa prática inclusiva, contribuindo para a formação de um cidadão como sujeito de direito, pois embora não seja condição suficiente, a educação é de importância fundamental para o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo.

Nesse contexto, as diferenças não podem ser vistas como problemas, mas sim, como oportunidades e diversidade para uma prática educativa de qualidade. Freitas (2008, p. 21) refere-se que “tratar a questão da inclusão pela diferença não significa anular a diferença, pelo contrário, significa ressignificá-la”. Significa produzir significados a partir de política social, de experiências culturais e práticas sociais.

Tratar da educação inclusiva na educação brasileira é desafiadora, pois, é necessário pensar historicamente, observando como foi constituído as relações das pessoas que necessitavam/necessitam ter acessos a essas políticas, a esses direitos. Freitas (2008, p. 21) afirma que:

A educação inclusiva deve ser vista, portanto, como uma parcela das conquistas de inclusão social, figurando ao lado de definições relativas a políticas de distribuição de renda, de emprego, de moradia, de transporte e, principalmente, de educação. Sob esse ângulo, a educação tem, como finalidade primordial, favorecer a todos o acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade, mediando junto aos alunos à capacidade destes

utilizarem esse conhecimento, tanto para a produção de novos saberes, como para o exercício da cidadania, respeitando a diversidade cultural e suas características pessoais.

Com isso, a escola precisa a cada dia está preparada para receber todos os alunos, respeitando a diversidade, possuindo um currículo flexível, para que os profissionais da educação encontrem suportes necessários para colocar em prática ações que contribuam para o desenvolvimento dos alunos. Gil (2005, p. 16), exemplifica que:

A escola inclusiva respeita e valoriza todos os alunos, cada um com a sua característica individual e é à base da Sociedade para Todos, que acolhe todos os cidadãos e se modifica, para garantir que os direitos de todos sejam respeitados.

Por isso as ações são necessárias, no contexto da educação inclusiva todos os ambientes que sejam voltados para educação devem estar interligados. Nesse sentido, este trabalho busca compreender como estão sendo realizadas as ações afirmativas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva no município de Dona Inês/PB? Como está sendo realizado o “Atendimento” Educacional Especializado – AEE - nas Salas de Recursos Multifuncionais do referido município?

Para compreender os questionamentos levantados, delimitamos nosso objetivo geral em Investigar as ações pedagógicas desenvolvidas pela Secretária Municipal de Educação do município de Dona Inês/PB, no campo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Quanto aos objetivos específicos projetou-se: (1) Identificar o número de alunos com Necessidades Educativas Especiais atendidos pelo AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais na rede de ensino do município de Dona Inês/PB; (2) Analisar como é feita a integração do AEE com as salas regulares, e sua relação para o desenvolvimento educacional dos alunos atendidos; (3) Averiguar o processo de formação continuadas dos professores e suas perspectivas em relação à contribuição dessas formações para prática educativa com os alunos público alvo do AEE, ou seja, alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades; e (4) Analisar os documentos oficiais do Município de Dona Inês/PB, que oficializam a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

O presente trabalho está estruturado no 1ª capítulo com fundamentação teórica que está dividida em: A Educação Inclusiva no Brasil; A Educação Inclusiva e o Desenvolvimento Humano e Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado. No capítulo 2, expomos a metodologia que utilizamos para coleta de dados. No capítulo 3, apresentamos a análise dos dados. Por fim, colocamos nossas considerações finais.

## **1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Para subsidiar as discussões que serão apresentadas neste trabalho, elegemos como aporte teórico os temas sobre Educação Inclusiva no Brasil, destacando sua trajetória dessa luta; A Educação Inclusiva e o Desenvolvimento Humano e a Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado.

### **1.1 A Educação Inclusiva no Brasil**

A educação inclusiva passou por diversos momentos históricos que sofrem reflexos até os dias atuais; segundo Bueno (2004, p. 16), “no Brasil, até a década de 50 do século passado, praticamente não se fala em educação especial”. Até então, limitada por uma educação formativa, com privilégios para as minorias e sem referências nas políticas públicas sociais.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. Cardoso (2004, p. 18), afirma que:

Durante a década de 70, um amplo movimento fez com que diferentes países da Europa e das Américas prestassem uma atenção particular à organização dos serviços de educação especial, chamando pra si a responsabilidade de garantirem também às crianças com NEE um processo educativo adaptado às suas necessidades individuais.

De acordo com os documentos do MEC/SICADI (2010, p.02) no período entre os anos 1970 e 1980, “não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de “políticas especiais” para tratar da educação de estudantes com deficiência” (BRASIL, 2010, p.02).

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Para Cardoso (2004, p. 18) “a partir dos anos 80, surgiu à integração educativa como opção, defendendo-se que o ensino das crianças e jovens com dificuldades especiais deveria ser feito, pelo menos tanto quanto possível, no âmbito da escola regular”.

Para o alcance das metas de educação para todos, a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO em 1994, propõe aprofundar a discussão, problematizando as causas da exclusão escolar. Nesse documento afirma que:

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (UNESCO, 1994, p. s/d)

Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001).”

Uma das conquistas importantes para os alunos surdos foi o reconhecimento pela Lei nº 10.436/02, que define a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão, além da inclusão nos cursos de formação de professores e fonoaudiologia.



No Decreto nº 6.094/2007, estabelece nas diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas.

Com a finalidade de orientar a organização dos sistemas educacionais inclusivos, o Conselho Nacional de Educação – CNE publica a Resolução CNE/CEB, 04/2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na Educação Básica. Este documento determina o público alvo da educação especial, define o caráter complementar ou suplementar do AEE, prevendo sua institucionalização no projeto político pedagógico da escola.

O Decreto nº7084/2010, ao dispor sobre os programas nacionais de materiais didáticos, estabelece no artigo 28, que o Ministério da Educação adotará mecanismos para promoção da acessibilidade nos programas de material didático destinado aos estudantes da educação especial e professores das escolas de educação básica públicas.

Além disso, A Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015) instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), conhecida como LBI, em seu Art. 1º assegura e promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Esta lei incumbe ao poder público, no Art. 28, a responsabilidade de assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: o sistema educacional inclusivo em todos os níveis; aprimorar os sistemas educacionais; e institucionalizar, por meio do projeto pedagógico, o AEE, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, que atendam as características dos estudantes com deficiência e garantam o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, para conquistar o pleno exercício de sua cidadania (BRASIL, 2015).

## **1.2 A Educação Inclusiva e o Desenvolvimento Humano**

Diante de várias políticas públicas voltadas para educação inclusiva, e a busca por uma equidade de direitos para aqueles que precisam e necessitam usar

essas ações para que seja efetivada uma educação para todos e de qualidade, Menezes (2008, p. 29) afirma que:

A nomeada Educação Inclusiva venha a ser a própria educação capaz de municiar todo e qualquer indivíduo com o mínimo indispensável para sua vida em sociedade, promover a aprendizagem e favorecer as potencialidades de todos os alunos, considerando as dificuldades e particularidades que possam apresentar.

Pensar a educação inclusiva é relacionar diretamente ao espaço escolar, e todos os envolvidos no processo educativo tem um papel essencial nesse contexto. Quando a escola se nega a aceitar as diferenças individuais existente no seu espaço educativo, Perrenoud (2001) afirma que “com indiferença às diferenças, a escola nega uma característica essencialmente humana: a heterogeneidade”. Nesse sentido, as primeiras reflexões para uma escola seja, verdadeiramente, inclusiva, é necessário reconhecer e valorizar a diversidade, a heterogeneidade, as diferenças do ambiente escolar.

É notório a fala de muitos professores ao afirmarem que não possuem uma formação específicas para contribuírem na educação desses alunos, além do mais, existem uma “culpa” de vários problemas dos espaços escolares para justificar uma “não” verdadeira inclusão dos alunos com necessidade educativas especiais. Porém, Freitas (2008, p. 34), vem afirma que:

A responsabilidade da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais é de toda a comunidade escolar e representa uma oportunidade, um objetivo para que a escola não caminhe para um grupo de pessoas homogêneas. Assim, se a sociedade quer assegurar o direito à educação e à igualdade de oportunidades terá de refletir sobre as condições de acesso e de sucesso que é capaz de dar aos seus alunos.

Por isso, se faz necessário repensar as ações educativas para um currículo flexível e uma equipe escolar disposta a colocar em prática as possíveis metodologias diversificadas que contribuam para desenvolver as potencialidades dos alunos com Necessidades Educativas Especiais. Nesse sentido Vigotsky (1997) argumenta que “todas as crianças podem aprender e se desenvolver (...) as mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois, o

aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental”. É primordial que as ações educativas estabeleçam relações que eliminem as diferenças e os pré-julgamentos de quem consegue ou não compreender os “assuntos ou atividades” na sala de aula, mas que avancem em uma perspectiva de inter-relação do sujeito e do meio para que aprendizagem seja significativa.

Por isso que Menezes (2008, p. 30) argumenta que “é preciso dimensionar quais são as respostas educativas que os sistemas de ensino possuem diante da diversidade e das necessidades dos alunos a luz das condições que a escola tem de oferecer a esses educandos uma educação realmente inclusiva”. A escola tem um papel indispensável no redimensionamento da prática educativa, tornando o espaço escolar que envolva toda a diversidade existente. Nesse sentido, quando ela se reafirmar uma educação inclusiva, Marchesi (2004, p. 44), argumenta que:

A construção de uma escola para todos é um desafio ao estabelecimento de critérios e estratégias organizacionais para viabilizar o atendimento específico necessário e o respeito à diversidade individual do aluno, seja ele deficiente ou superdotado, incluindo as adaptações curriculares necessárias ao pleno desenvolvimento de seu potencial, de suas habilidades.

Pensar uma prática pedagógica inclusiva é redimensionar os espaços educativos para uma diversidade e necessidades dos alunos. Para isso, Freitas (2008, p. 24) afirma que “é imprescindível que o processo formativo docente considere as especificidades de todos os alunos”. Menezes (2008, p. 28), reforça esse sentido afirmando que “a educação escolar é profundamente marcante na formação de todos os indivíduos e os objetivos da Educação são os mesmos para todos os educandos, com necessidades educacionais especializadas, ou não”.

Uma prática transformadora não irá se limitar as necessidades educativas especiais do sujeito, mas sim, motivar o sujeito a partir de suas particularidades. Vigotky (1989), de acordo com o seu contexto histórico de suas pesquisas, descreve um exemplo sobre o desenvolvimento de um sujeito com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), ele argumenta no sentido de:

Um defeito ou problema físico, qualquer que seja sua natureza, desafia o organismo. Assim, o resultado de um defeito é invariavelmente duplo e contraditório. Por um lado, ele enfraquece o organismo, mina suas atividades e age como uma força negativa.

Por outro lado, precisamente porque torna a atividade do organismo difícil, o defeito age como um incentivo para aumentar o desenvolvimento de outras funções no organismo; ele ativa, desperta o organismo para redobrar atividade, que compensará o defeito e superará a dificuldade. Esta é uma lei geral, igualmente aplicável à biologia e à psicologia de um organismo: o caráter negativo de um defeito age como um estímulo para o aumento do desenvolvimento e da atividade. (p.35)

Com isso, é importante a potencialização das capacidades do sujeito, proporcionando novos estímulos e garantido novas habilidades. No processo educativo, em qualquer grau ou finalidade, precisa ser encarado, como afirma Freitas e Cardoso (2015, p. 160) “envolvendo sempre a potencialização das funções ou capacidades cognitivas, pois são elas no seu todo que vão permitir ao indivíduo resolver problemas e equacionar as suas soluções adaptativas”.

### **1.3 Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado**

O atendimento educacional especializado (AEE) “é um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008).

Esse atendimento é necessário para concretização de ações “pensadas” para educação inclusiva, porém é essencial que sua prática seja contextualizada de acordo com as especificidades da demanda escolar, não substituindo o ensino regular, mas complementando a prática educativa. Para Dias (2010, p. 136) destaca que:

[...] o atendimento educacional especializado complementar é um direito dos alunos com deficiência e um dever do Estado, em termos da oferta do serviço. [...] apenas o acesso a esse atendimento não garante o exercício desse direito. Portanto, é preciso um empenho coletivo para que o discurso educacional se transforme em práticas coerentes e alinhadas e em resultados qualitativos para os alunos. Só assim estaremos garantindo a educação como direito social, público, subjetivo e ainda prioritário.

Esses espaços foram oriundos de políticas públicas de inclusão social, que tem objetivo de reforçar ou complementar das atividades escolares do ensino regular. Para Menezes (2008, p. 34), para educação inclusiva de qualidade, deve-se:

Examinar os fundamentos da educação, podemos afirmar que incluir os alunos com necessidades educacionais especiais não é uma questão técnica ou um procedimento a ser desenvolvido, está no plano ideológico; é uma questão política, é cidadania, é ampliação das oportunidades ao aluno e ao educador como seres integrais, considerando a sua história de vida e seus processos enquanto sujeito de direito.

Na busca por uma oferta de qualidade, os sujeitos que frequentam esses espaços devem ser envolvidos por uma proposta que contribua para o seu desenvolvimento, principalmente, porque é através dessas ações que irão contribuir no processo de ensino aprendizagem. Decreto nº 7.611, garante, justamente, essa ideia, afirmando que:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011).

É em consonância com o currículo e a sala regular, que o desenvolvimento da prática se concretizará, onde os alunos terão acesso, qualidade e permanência no ensino de qualidade. Segundo Bürkle (2010, p. 52), as ações devem:

Está diretamente relacionado às especificidades do aluno que o recebe. Por exemplo, ao aluno com deficiência visual, cabe ao professor de AEE ensinar o Braille, adaptar os materiais que serão utilizados em sala de aula e instruir ao discente de como utilizá-lo. Não cabe a este atendimento o reforço escolar, a realização das tarefas enviadas para casa ou a substituição do ensino escolar.

Os espaços educativos devem buscar uma melhor qualidade para diversificar a oferta por atividades desenvolvimento de suas atividades e adequar à diversidade encontrada. O documento oficial da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, sobre a portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007, afirma que:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2007)

Com isso, abrangem-se as formas de contribuição para o desenvolvimento das potencialidades dos alunos. Nesse sentido, Jesus (2011, p. 14) destaca em seus estudos “[...] que a noção de atendimento educacional especializado esteve presente em legislações anteriores, desde a Constituição de 1988. No entanto, é a partir de 2008 que ganha significação de centralidade em termos legais e orientadores [...]”.

A partir dos documentos vigentes, os espaços educativos não podem deixar que se confundam a ideia do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a sala regular de ensino, fazendo com que esses espaços se tornem um reforço escolar. Freitas (2008, p.28) descreve que o impacto dessa proposição é que:

O atendimento assume a função de complementar ou suplementar a escolarização e não mais substituí-la. Sendo assim, o alunado da Educação Especial terá garantido seu direito à escolarização e à convivência e aprendizagem em ambiente heterogêneos e em contraturno, quando necessário, podem lançar mão dos recursos e serviços especializados que, dinamizados por professor especializado, potencializem as condições do aluno acompanhar o currículo escolar.

## **2 METODOLOGIA**

Para definir o percurso metodológico foram utilizados instrumentos que possibilitaram uma orientação adequada sobre o objetivo traçado e que direcionou os melhores caminhos a serem percorridos no decorrer da pesquisa.

### **2.1 Tipo de Pesquisa**

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, como enfatiza Richardson (2011, p. 79) “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Esta abordagem contribuiu pelo fato de enfatizar com precisão o objeto da pesquisa e as relações que os sujeitos possuem no cotidiano escolar. Como afirma Neves (1996, p.1.), “entender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situar a interpretação dos fenômenos estudados”. Com essas interpretações e a contribuição da pesquisa qualitativa, os dados a serão analisados colaborando para o avanço e entendimento dos fenômenos que movimentam a educação inclusiva.

### **2.2 Instrumentos da Pesquisa**

Utilizamos um roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice), que permitiu os sujeitos argumentarem sobre as perguntas propostas, possibilitando uma análise dos dados mais precisa, uma vez que irão ter o contato direto com o entrevistador, permitindo em alguns momentos o esclarecimento de determinadas perguntas e o contato interativo por meio do diálogo. Como explicita Gil (1999, p. 120) “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. Será elaborado um roteiro da entrevista de acordo com o problema a ser investigado, sendo a mesma realizada individualmente com os sujeitos envolvidos na pesquisa. A entrevista foi realizada com o Coordenador Pedagógico do Município de Dona Inês, uma professora do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e dois professores da sala regular de ensino.

Ao argumentar sobre a importância da entrevista semiestruturada, Triviños (1987, p. 152), afirma que esta deve “favorecer não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações”. Para uma maior compreensão as entrevistas foram gravadas (com a permissão dos entrevistados) e transcritas de forma minuciosa relatando os argumentos dos entrevistados. Para Rojas (1999 p. 89) a importância do gravador nas entrevistas possibilita “os registros das palavras, silêncios, vacilações e mudanças no tom de voz, além de permitir maior atenção ao entrevistado”.

Utilizamos análise documental das diretrizes da educação inclusiva no município de Dona Inês. Ludke e André (1986, p. 39), afirma que essa análise “não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto”. Os documentos analisados são relevantes na medida em que por meio deles foram implantados e assegurados a Educação Inclusiva no município. Foi analisada a Resolução nº 03/2014 que Estabelece Normas Complementares para o Sistema Municipal de Ensino referente à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Além disso, também analisamos o Parecer Individual do Professor da sala regular e o Plano de Ação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), documentos esses, que são concretizados as normas vinculadas na Resolução nº 03/2014.

### **2.3 Campo de Pesquisa**

A pesquisa foi realizada no município de Dona Inês/PB, especialmente, a escola E.M.E.F. “Humberto Lucena”, onde está localizada a sala de atendimento. Além de visitas a Secretaria Municipal de Educação, para investigar as ações voltadas para educação inclusiva. Na imagem 1, é possível observar o espaço onde é localizado o AEE.



Imagem 1: Sala do Atendimento Educacional Especializado



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2018)

O município é uma referência na região do Curimataú Paraibano ao se tratar de ações voltadas para Alunos com Necessidades Educativas Especiais. Na rede de ensino, possuem 43 alunos que precisam desse atendimento, dentre eles: 04 autistas, 02 deficientes auditivos, 01 com síndrome de Asperger, 02 com síndrome de Down, 02 com paralisia infantil e 32 com deficiência intelectual.

A equipe do AEE é formada por 02 psicopedagoga, 01 professora de libras e 01 professora de educação física, além de ter o apoio de duas profissionais da saúde como: 01 fonoaudióloga e 01 psicóloga.

Dona Inês é um município brasileiro no estado da Paraíba localizado na microrregião do Curimataú Oriental. De acordo com o IBGE, no ano de 2010 sua população era estimada em 11.517 habitantes, com uma área territorial de 132 km<sup>2</sup>.

## **2.4 Sujeitos da Pesquisa**

O sujeito escolhidos para participar e ajudar a compreender o objetivo trançado foi o Coordenador Pedagógico da Secretaria de Educação, esse é formado em Pedagogia e Geografia e tem especialização na área pedagógica e exerce a função de coordenador desde 2014.

Para compreender a funcionalidade do AEE, entrevistamos a Coordenadora e Professora do AEE. Ela é Pedagoga e tem especialização em Psicopedagogia, atua na área da educação faz 9 anos, e desde 2014 que acompanha as atividades do AEE.

## **2.5 Análise dos Dados**

Para as análises dos dados optamos por adotar a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011) em nossas análises, ou seja: 1) pré-análise, dividida em: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Segundo Bardin (2011) "A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos, ou não)".

A fase de pré-análise pode ser caracterizada na pesquisa como o período em que iremos visitar os espaços de atendimento dos alunos com necessidade educativas especiais e as entrevistas realizadas como forma de documento a serem analisados, partindo do objetivo proposto e das hipóteses a serem respondidas. Definidos os objetivos, realizadas as entrevistas, a observação direta nos espaços e a fundamentação teórica, iniciamos a interpretação dos dados obtidos.

Diante dos dados adquiridos, identificamos as relações e diferenças entre variáveis nas entrevistas realizadas com os sujeitos e nas observações feitas nos espaços. Como afirma Martins (2008, p. 86) "as triangulações de dados é o encadeamento de evidências, eventualmente realizados junto com o trabalho de campo, irão dar força, confiabilidade e validade aos achados da pesquisa".

As triangulações citadas por Martins (2008) tem um significado pela finalidade ao utilizar os instrumentos de coletas de dados na pesquisa, possibilitando a confiabilidade da pesquisa e a problemática utilizada para chegar ao objetivo proposto.

No tratamento dos dados, denominamos as categorias a serem inferidas e interpretadas de acordo com o objetivo proposto, que serão divididas em 04

categorias. A 1ª categoria abordamos as Diretrizes Operacionais do Município. A 2ª categoria buscamos entender o Significado da Educação Inclusiva e o Surgimento da Educação Inclusiva no Município. A 3ª categoria analisamos as ações voltadas para Educação Inclusiva: Acompanhamento e Avaliações e a 4ª categoria enfatizamos as ações do Atendimento Educacional Especializado

Para Martins (2008, p.87) a análise de um estudo de caso deve:

Deixar claro que todas as evidências relevantes foram abordadas e deram sustentação às proposições que parametrizaram toda a investigação. A qualidade das análises será notada pelo tratamento e discussão das principais interpretações – linhas de argumentos – concorrentes, bem como pela exposição dos aspectos mais significativos do caso sob estudo e de possíveis laços com outras pesquisas assemelhadas.

Ao apresentar as respostas que serão obtidas nas entrevistas utilizaremos de pseudônimos ao nos referir aos sujeitos da pesquisa, respeitando, com isso, o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (anexo), que serão informados e assinados pelos sujeitos da pesquisa, deixando claro nossa ética ao utilizar os instrumentos de coleta de dados para o desenvolvimento e análises da pesquisa.

### **3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS**

As análises dos dados descritas, abaixo, fazem referências ao item 2.5 da metodologia proposta, sendo organizadas em categorias para um melhor tratamento dos dados e a elaboração de inferências necessária às análises das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa e os documentos oficiais da Educação Inclusiva no Município de Dona Inês.

#### **3.1 Diretrizes Operacionais do Município**

Sabemos que os documentos oficiais são aqueles que estão assegurados em leis e alguns deles direcionam toda prática educativa. Para Educação Inclusiva, esses documentos são indiscutíveis, do ponto de vista da garantia do direito à educação, pois, sabemos todo o processo de exclusão e abandonos que muitos já passaram para ter no mínimo um acesso digno ao ensino regular. Sousa (2013, p. 40), afirma que “o contexto educacional inclusivo está pautado, portanto, nas resoluções discutidas e propostas por esses eventos, o que promove certa “universalização” do que seria uma “educação para todos”.” Foi diante dessas discussões que surgiram os documentos oficiais que regem a educação inclusiva. No município de Dona Inês/PB, o documento oficial para Educação Inclusiva, resolução nº 03/2014, orienta no seu Art. 1º, que:

A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, transversaliza todos os níveis, etapas e modalidades da educação escolar, que tem como finalidade possibilitar apoio complementar e suplementar a formação dos educandos por meio de Atendimento Educacional Especializado – AEE, disponibilizando um conjunto de serviços, recursos e estratégias específicas que favoreçam o processo de escolarização dos seus alunos nas turmas comuns do ensino regular, viabilizando o acesso, a participação e a aprendizagem dos educandos com deficiência intelectual, física, surdez, visual, múltiplas, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados nas Unidades de Ensino do Sistema Municipal de Dona Inês.

Nesse contexto, a Educação Inclusiva está respaldada pelo documento oficial, e sua concretização será pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) do Município. Sabemos que o AEE surgiu através do decreto nº 6.571, e tem o

objetivo de regulamentar esse atendimento. Analisando sob o ponto de vista do Decreto municipal e o federal, ambos enfatizam as prioridades o atendimento de alunos da rede regular de ensino com necessidades educativas especiais.

Foi possível observar um direcionamento no decreto para a efetivação da prática educativa. Como no Art. 8º, inciso IV, sobre a matrícula do aluno no ensino regular:

O professor, em articulação com o gestor e o coordenador pedagógico, procederá ao registro, por escrito, dos avanços e dificuldades do desenvolvimento escolar do educando, mediante o que receberão do Setor de Educação Especial da Secretaria de Educação, orientações necessárias ao encaminhamento desses aos profissionais especializados, para possíveis diagnósticos e atendimentos clínicos.

O olhar deve ser minucioso, trouxemos o exemplo desse registro no Anexo B. Não adianta ter apenas os documentos oficiais e os alunos na sala regular. A proposta deve ir além, se não houver um acompanhamento e envolvimento em prol de uma educação de qualidade, só restará à teoria como maquiagem do ensino.

Especificamente sobre o AEE, o decreto municipal nº03/2014 enfatiza em seu Parágrafo Único:

Esse atendimento não deve se sobrepor à educação escolar e ao AEE, mas os saberes clínicos, escolar e o especializado devem fazer suas diferentes ações convergir para um mesmo objetivo, qual seja o desenvolvimento dos educandos com deficiências.

Este parágrafo, está de acordo com o que rege o documento oficial do AEE, no seu Art. 1º, inciso II, que o atendimento educacional especializado “deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.” O protagonismo deve ser do sujeito que frequenta o AEE, que precisa de uma proposta educativa que potencialize suas habilidades e contribua para o seu desenvolvimento.

O decreto municipal especifica-se as propostas avaliativas para alunos com baixa visão (Art. 27º), deficiência física e outras deficiências (Art. 28º), deficiência intelectual (Art. 29º), e termina afirmando no seu parágrafo único que “os recursos utilizados acima devem fazer parte do dia-a-dia de sala de aula constituindo-se em

um somatório de ações conjuntas que beneficiem a turma toda e sejam oferecidos também durante o período das avaliações.”

Nesse sentido, as propostas pedagógicas e suas ações podem ser repensadas diante do próprio decreto que regulariza a operacionalização da educação inclusiva no município de Dona Inês.

### 3.1.1 Plano de Ação, Plano de Aula e Parecer Descritivo

O plano de ação (Anexo C), é um documento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) onde é colado todo o planejamento pra o ano de 2018 (no caso, foi entregue já o referente há esse ano).

É um documento simples, que não descreve especificamente como serão trabalhados o atendimento dos alunos e as suas orientações técnicas, apenas descreve as oficinas que serão trabalhadas durante o ano.

Diferentemente das descrições realizadas, o Plano de Execução do Atendimento Educacional Especializado, já enfatiza datas fixa para o ano e o detalhamento das atividades que serão realizadas.

O Plano de Aula (Anexo D), é o detalhamento do atendimento individual, como mostra a Imagem 2, cada aluno tem sua pasta, para facilitar o acompanhamento e desenvolvimento das atividades.

Imagem 2 – Pastas individuais dos alunos que frequentam o AEE.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2018)

O plano trás as características dos alunos e o tipo de deficiência, seguido do desenvolvimento das atividades. Nessas atividades, descreve apenas como será trabalhada de modo geral, não dividindo por semana ou sobre os avanços dos alunos.

Mais uma vez, o plano enfatiza a importância do acompanhamento dos pais e nas salas regulares, fazendo com que ambos estejam incorporados para um melhor desenvolvimento.

O parecer descritivo (Anexo B) é acompanhamento dos avanços na sala de aula, está respaldado no decreto municipal, resolução nº 03/2014, e enfatizado no Plano de Ação e no Plano de Aula individual. Neste documento é possível um detalhadamente do desenvolvimento do aluno, se realmente os professores da sala regular e do AEE colaborarem para realizar pareceres eficientes, o monitoramento desses alunos tendem a ser melhor analisados e contribuíram para o desenvolvimento dos alunos.

### **3.2 O Significado da Educação Inclusiva e o Surgimento da Educação Inclusiva no Município**

Inicialmente destacamos a importância do significado do termo “Educação Inclusiva”. É necessário ter apropriação daquilo que se defende e está diariamente concretizando o que foi pensado para uma educação de qualidade. Ao perguntar aos sujeitos da pesquisa o que eles compreendiam por uma “educação inclusiva”, o *sujeito A* respondeu que *“inclusão hoje é quebrar todas as barreiras que impede que essa criança/adolescente tenha esse direito subjetivo adquirido, que é o direito a educação; inclusão é possibilitar o acesso a esse direito para todos”*. De fato, ainda se tem muito direito a serem conquistados, principalmente, porque a inclusão não necessariamente seja, apenas, com alunos que precisem de um atendimento educacional especializado, mas de uma educação em que a escola acolha e priorize o desenvolvimento do educando, seja social, cognitivo, emocional e físico. O *sujeito B*, enfatizou que:

O universo dele ainda é restrito, a gente não ver a luta de muitos, é um processo lento, onde nem muitos acreditam, mas eu acredito que vai avançar, já alcançamos metas maravilhosas, principalmente, aqui

em Dona Inês, mas ainda vejo que são poucos que conseguem abraçar essa causa. (Sujeito B)

A Educação Inclusiva está em movimento desde o início da sua luta, até os dias atuais, pensar “educação inclusiva”, é pensar em milhares de crianças que foi negado o direito do acesso mínimo de uma educação e outros direitos; e mesmo que seja um processo lento, de respostas lentas, que mesmo com diversas políticas públicas, ainda encontra-se uma resistência na sua concretização. Mantoan (2008, p.28), afirma que “a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora”; com isso, deve-se buscar uma ressignificação dos espaços, propostas e ações que elevem a qualidade do ensino.

Com tudo, além de conhecer a posição que os entrevistados possuem sobre “educação inclusiva” e, também, como foi discutido no item 3.1.1, onde foram analisados os documentos e diretrizes da educação inclusiva no município; escutamos o que os sujeitos entrevistados têm a dizer sobre as implementação dessa política pública. Montoan (2008, p. 54), afirma que “uma coisa é o que está escrito e outra é o que acontece, verdadeiramente, nas salas de aula, no dia a dia, na rotina de trabalho”. Para isso, perguntamos ao sujeito A, *“como surgiram às ações voltadas para Educação Inclusiva no município de Dona Inês?”* O sujeito respondeu que:

Em 1997, a escola Humberto Lucena foi contemplada com Atendimento a Educação Especializada, o AEE, onde a SECADI mandou todo o equipamento, montou toda estrutura, enviou todo material, que era necessitado, mas naquela ocasião os gestores que estavam a frente não houve mobilização, até dos membros da própria Secretaria. (...) Em 2014, como eu já tinha participado de diversos cursos de inclusão lá no polo de Cajazeiras-PB, quando regressei dessa formação já trouxe a notícia ao Prefeito da necessidade de implementação da sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Então regulamentamos no nosso sistema de ensino a resolução nº3 de 2014 que trata da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, como foi uma resolução do Conselho, a mesma sistematizou/normatizou toda essa política de inclusão em âmbito Municipal. Naquela ocasião foi montado também um plano de ação, havia uma sincronia entre a resolução, com a proposta pedagógica, assim essa resolução transformou todo o sistema de ensino, as propostas deveriam se adequar a resolução, houve também mudança no planejamento bimestral, quanto no planejamento semanal, ali naturalmente deveriam conter planos para as crianças especiais, e para consolidar a própria resolução cita que o professor bimestralmente tem que emitir um parecer, um relatório



para o AEE, citando quais foram as mudanças e transformações que existiram com essa criança durante o período. (Grifos nosso)

A política de educação inclusiva chega ao município em 1997, porém, como já justificado pelo sujeito A, não foi colocado em prática. Naquela circunstância, as políticas públicas estavam começando a se efetivar, seja mundialmente com reflexo no Brasil. Garcia (2008) argumenta que:

Na década de 1990 teve como marca maior a reforma educacional ocorrida principalmente nos países em desenvolvimento, tal como o Brasil, e a qual foi orientada, entre outros aspectos, pelo discurso da inclusão social.

Como afirma o sujeito A, “[...] *então regulamentamos no nosso sistema de ensino a resolução nº3 de 2014*”, depois de 17 anos que a política pública veio a se concretizar no município. Não podemos deixar passar na análise todo esse período de espera, foram direitos negados e omitidos. Noronha (2016) destaca que “os Direitos Humanos reforçam que a educação inclusiva é fundamental para sustentar e defender o exercício da dignidade humana e da cidadania”. É fundamental que esse direito seja imediatamente expresso nos currículos escolares e nas práticas educativas, envolvendo os sujeitos para o seu desenvolvimento.

Com tudo, perguntamos ao Sujeito B “*como à senhora analisa as ações da secretaria de educação voltada para educação inclusiva?*” ela afirma que “*dentro do possível a secretaria vem nos ajudando bastante, quando fazemos nosso projeto e nosso plano de ação, eles analisam e acompanham o que desenvolvemos*”.

Esse elo tem que ser decisivo, pois, não adianta ter apenas a política pública regulamentada no papel, ter diretrizes que guiam a prática nas escolas, mas, é preciso que os espaços dialoguem para uma eficácia de qualidade, e com isso, avancem no entendimento e renovações de outras práticas.

### **3.3 Ações voltadas para Educação Inclusiva: Acompanhamento e Avaliações**

Nessa categoria, voltamos os nossos olhares para o que realmente é concretizado na prática, como é acompanhado a oferta da Educação Inclusiva no município de Dona Inês.

Para isso, perguntamos ao Sujeito A, “*Como é que a secretaria avalia as ações voltadas para educação inclusiva?*” o sujeito respondeu que:

Essa avaliação ela é feita nos espaços, nos momentos de planejamentos, encontros pedagógicos, essas discussões, elas vão justamente estar gerando as problematizações tratadas nos planejamentos, traçando metas, estratégias, tentando resolver uma situação e outra. Outra conquista interessante foi justamente através dessas avaliações, conseguimos cuidadores para diversos alunos, temos hoje de 4 a 5 crianças que tem cuidadores, conseguimos justamente a partir dessas discussões, dessa necessidade, e assim na medida do possível vamos amenizando a situação. (Grifo nosso)

As avaliações dessas ações são imprescindíveis, pois, é através dela que novas metas podem surgir, rever e traçar novos objetivos. No sentido de inclusão dessas políticas e uma educação de qualidade para todos, Freitas (2008, p. 28), afirma que “o fator mais importante é a redefinição dos currículos escolares, desafiando a coragem das escolas em assumir um sistema educacional “especial” para todos os alunos”. O acompanhamento e problematizações do que esta sendo feito na prática é importante; na fala do sujeito A, ele diz que “*essas discussões, elas vão justamente estar gerando as problematizações tratadas nos planejamentos*”. Essas articulações precisam está em consonância com o que realmente acontece no contexto educacional, pois, a realidade esta no dia-a-dia: nas dificuldades enfrentadas pelos professores que não conseguem propor atividades diferenciadas, nos pais que ficam desmotivados a continuar levando seus filhos para a escola, os profissionais do AEE que não conseguem um diálogo positivo com as salas regulares, e assim por diante, o discurso deve gerar novas oportunidades.

Para detalhar a avaliação dessas ações, pedimos para que o Sujeito A, “*descrever como acontece na prática*”, ele afirma que:

Realizamos 4 Encontros Pedagógicos, tentamos abordar essa temática, também tem o próprio planejamento, aí não tem como fugir, é aquela historia contínua, então essa educação inclusiva não pode ficar de fora, porque no próprio planejamento já vai exigir isso, e a gente acompanha os planos semanais de aula, porque nesses planos não tem como fugir, o professor vai ter que trabalhar, um exemplo, se eu sei que na escola X tem aluno com deficiência, então já é orientado o diretor, o supervisor de lá, estar acompanhando esse planejamento, se o nosso professor que planeja semanalmente (nas segundas feiras) então as pessoas que estão a frente, eles vão ter que dar esse visto no Plano, aí já sabem que naquela determinada

turma tem um aluno especial, então vai ver se o mesmo está desenvolvimentos ações específicas para essa criança, de certa forma não fica algo solto, porque há esse acompanhamento, tanto os planos bimestral e semanal exigem esse planejamento, e sabemos quem são essas crianças e aonde estão, aí já vamos em cima e observamos se de fato as mesmas estão sendo contempladas.

Dentro dessa perspectiva enfatizada pelo Sujeito A, existe um acompanhamento, já que bimestralmente é avaliado o que o professor está produzindo. Nessa construção, o acompanhamento é necessário não só pelo professor, mas de todos os envolvidos. Carvalho (2011, p. 20) argumenta no sentido do “cuidado” ao colocar em prática uma proposta inclusiva, afirmando que:

O discurso é sempre este, teoricamente bem construído e apresentado de forma quase que “lírica”. A questão, porém, está na sua operacionalização ou, dizendo de outra forma, na busca das efetivas ações para sua concretização prática.

É nesse sentido que a operacionalização deve ser eficaz, que esse sentimento “lírico”, como enfatiza Carvalho (2011), não fique apenas no discurso, algo bonito, mas que seja eficiente na sua prática.

Para que toda essa avaliação seja acompanhada, perguntamos ao Sujeito A, *“como a secretaria acompanha o desenvolvimento dessas ações?”* Ele respondeu que:

Como temos um sistema de avaliação bimestral, as avaliações também são direcionadas aos alunos do AEE, por escola no caso, aplicamos essa avaliação em toda rede, abrangendo todo público, além da avaliação que a secretaria faz também a escola possui autonomia para realizar suas próprias avaliações.

Observamos que o acompanhamento dessas ações se dar apenas pelos processos avaliativos da secretaria e da escola, uma vez que, para analisarmos se é um retorno positivo para os alunos com necessidades educativas especiais, teríamos que acompanhar essas avaliações em certo período de tempo. Porém, diante dessa afirmação do sujeito A, analisamos que essa afirmação é encontrada no Art. 30 onde Estabelece Normas Complementares referente à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no município de Dona Inês, que afirma *“a avaliação deverá ser acompanhada de um Parecer bimestral descritivo, considerando as habilidades*

*adquiridas pelo aluno, comparando com a avaliação diagnóstica inicial e as sucessivas avaliações bimestrais”.*

### **3.4 Ações do Atendimento Educacional Especializado**

Como já foi discutido nos documentos oficiais e analisando os discursos, a cerca das ações voltadas para educação inclusiva. O Atendimento Educacional Especializado é o espaço de oferta dessas ações, é nele que são concretizados todas as diretrizes e é o único espaço direcionado para acompanhar os alunos com necessidades educativas especiais. Para conhecer como é que funciona esse ambiente, perguntamos ao sujeito B, *“como é que funciona a rotina no AEE Como é que funciona a rotina no AEE?”* e obtivemos a seguinte resposta:

[...] Dividimos pela questão das habilidades e as potencialidades deles, como estamos desde 2014, conhecemos cada um que frequenta o AEE. Aqueles que estão chegando agora, deixamos o atendimento individual, mas aqueles que já conhecemos, que dar certo com o outro, conseguimos fazer em dupla ou em trio, pra ver se conseguimos atender a demanda. Porque trabalhamos muito a questão da coletividade, aprendendo a se virar no mundo sozinho, buscando sempre a autonomia. Porém, o certo seria eles frequentar 2 dias na semana, mas devido a demanda não temos como, mas acompanhamos eles nas visitas nas casas, na escola, auxiliando os professores na questão das atividades. É bom enfatizar, que desde o ano passado, também trabalhamos com oficinas. Esse ano, adicionamos dança, e desde o ano passado, trabalhamos com arte/terapia, educação física.

Todos os dias atendemos no AEE, de segunda a sexta. Além do atendimento no AEE, ele vai frequentar a arte terapia, aula de educação física e dança, uma vez na semana. A arte terapia e a dança são realizadas nesse espaço do AEE, porque o ambiente é grande, da para afastar as cadeiras e também tem o ar-condicionado, da para ficar, já a atividade física, é no ginásio da escola.

A demanda é enorme para um único espaço, no item 2.3 da metodologia da pesquisa informa que o AEE atende cerca de 43 sujeitos, mesmo com toda estrutura e capacitações profissionais, necessitaria de maior e do aumento dos profissionais que são integrados ao AEE. O sujeito B, enfatiza: *“o certo seria eles frequentar 2 dias na semana, mas devido a demanda não temos como”*. O redimensionamento

do espaço é indiscutível para um trabalho eficaz e produtivo, além dos profissionais que fazem parte. Carvalho (2011, p. 30), afirma que:

A inclusão escolar, em particular, as pessoas com deficiências, demanda o redimensionamento e mudanças nas condições estruturais e físicas dos edifícios, recursos materiais e pedagógicos, parcerias, orientações curriculares, práticas pedagógicas inovadoras e de formação de professores, entre as principais demandas.

A prática deve estar em movimento, tornando uma ligação: dos alunos, professores, ambiente do AEE, instrumentos pedagógicos, diretrizes operacionais; para que sejam aproveitados e direcionados momentos que contribuam para o desenvolvimento de quem frequenta esses espaços.

Perguntamos ao Sujeito B, *“como são organizadas o planejamento do AEE?”*, ela respondeu que:

Nos reunimos no início do ano, no 1 encontro pedagógico realizamos o plano de ação, o que nós pensamos trabalhar durante o ano no AEE. Iniciamos visitando as casas dos alunos, nos apresentamos com professoras do AEE, a maioria já nos conhece, graças a Deus, somos bem aceitos. Observamos o ambiente familiar, como eles estão engajados, verifica a questão da medicação, não somos da área de medicina, mas fazemos anotações e procuramos saber se está certo ou não. Observamos o comportamento, as potencialidades na casa deles, se eles ajudam, a questão da higiene e alimentação e convidamos os pais para a reunião de início das atividades.

Na fala do sujeito entrevistado, observamos o primeiro passo dos profissionais que compõe o AEE que é visitar os alunos, conhecer a estrutura familiar, ter uma relação comunicativa com a família. Por mais simples que seja uma visita, se forma elos, e esses elos são importantes no processo educativo. Carvalho (2011, p. 25) explica que *“apontar os problemas e dificuldades não é suficiente, faz-se necessário conhecer, analisar, refletir e atuar em diferentes fóruns no caminho de prática inclusivas”*.

Perguntamos ao sujeito B, *“durante o ano, tem alguma formação que a secretaria oferta para educação inclusiva?”*, ela afirmou que:

Ano passado tivemos da rede incluir, voltado para educação inclusiva. Mas é muito difícil, muitas vezes tiramos no nosso bolso para fazer algum curso, vamos sempre para o CAE em Guarabira,

que oferta vários cursos. Na próxima semana vamos participar sobre síndrome de down, mas é custeado por conta própria.

A formação continuada é indiscutível no processo educativo, atualiza-se, buscar, renovar, conhecer, estão totalmente associados na concretização de práticas educativas que possa cada vez mais contribuir no desenvolvimento humano dos sujeitos que frequentam o ambiente educacional. Freitas (2008, p. 20), afirma que:

A formação dos professores precisa ser repensada, em seus diferentes níveis, para que possam ser formuladas e encontradas soluções compatíveis com a urgente necessidade de melhoria das propostas educativas de nossas escolas, para então podermos falar de uma educação para todos.

O professor deve buscar estas formações, porém, o órgão responsável também deve fazer o seu papel e ofertar meios que oportunizem e qualifiquem ainda mais os profissionais da educação. Em uma rede de ensino que possui 43 alunos diagnosticados com Necessidades Educativas Especiais, não pode-se acomodar e “jogar” a responsabilidade apenas para o professor. É de todos.

Para complementar a pergunta anterior, perguntamos ao sujeito B se *“você sentem essa necessidade dessas formação?”*, ela afirmou que *“com certeza, nunca é demais para aprender e buscar, durante o ano fazemos 2 ou 3, mas sempre custeado do nosso bolso.”*

Dentro dessa afirmação, podemos imaginar e analisar a “necessidade da renovação”, o querer, o fazer, o buscar, tudo isso diante desse discurso. Esta envolvido em uma proposta inclusiva é renovar-se diariamente, por isso, que a formação continuada é extremamente importante e necessário não só para os professores da sala regular ou do Atendimento Educacional Especializado, mas para todos os envolvidos no contexto escolar. No Decreto Municipal, no seu Art. 5º, afirma que o Sistema Municipal de Ensino de Dona Inês desenvolverá a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, no seu inciso VI por meio de: *“formação continuada e/ou capacitação de professores para o atendimento educacionais especializados e demais profissionais da educação”*. Diante da demanda e necessidade, é necessário melhor concretização e oferta dessas formações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das questões problema apresentado neste trabalho referente “ a compreensão das ações afirmativas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva no município de Dona Inês/PB? e Como está sendo realizado o “Atendimento” Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais do referido município AEE?” expomos algumas considerações construídas a partir do estudo e análise dos dados coletados na pesquisa em conjunto com as leituras dos teóricos relacionados aos assuntos tratados durante a nossa investigação. Os resultados foram essenciais para responder ao nosso objetivo geral delimitado em “Investigar as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação do município de Dona Inês/PB, no campo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.”

Acredito que toda discussão realizada, desde os documentos oficiais, as falas dos sujeitos entrevistados, foi indispensável para compreender a Educação Inclusiva no município de Dona Inês. O município possui documentos oficiais que regem toda a educação na perspectiva inclusiva, desde a sala regular até o Atendimento Educacional Especializado. Falta muita coisa a ser colocado em prática, como os próprios sujeitos enfatizaram, desde a ampliação do espaço do AEE, a propostas concretas de formações continuadas para os envolvidos na educação.

Diante dessa pesquisa, abriu portas para novas a serem realizadas, com um olhar mais detalhado na concretização dessas políticas no ambiente escolar e na sala de aula. É necessário enfatizar o quanto o município ainda tem a crescer e evoluir na educação, mas não podemos deixar de respaldar os primeiros passos, dentro das limitações, que estão dando.

Está à frente da educação inclusiva não é fácil, muitas barreiras ainda precisam ser derrubadas, vencidas, porém, não podemos deixar que práticas qualquer estejam a frente no ambiente escolar. É preciso coragem e muita dedicação para vencer o preconceito e inovar em uma educação de qualidade para todos.

Todo proposta deve esta envolvida nas busca pelo desenvolvimento das potencialidades dos educandos que frequentam esses espaços. Portanto, não podemos deixar que as políticas públicas fiquem apenas no papel, mas a Educação

Inclusiva deve estar sempre em movimento, redimensionando os espaços e a educação brasileira.



## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 de dez. 1996. Seção 1.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui as diretrizes nacionais para a educação especial da educação básica**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 14 de set. 2001a. Seção 1E.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para o atendimento educacional especializado**. Brasília: SEESP/MEC, 2006. Disponível em:  
[http://www.nre.seed.pr.gov.br/nre/umuarama/arquivos/File/sala\\_rec\\_mult.PDF](http://www.nre.seed.pr.gov.br/nre/umuarama/arquivos/File/sala_rec_mult.PDF)>  
Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP/MEC, 2008a.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 18 de set. de 2008b.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011a. **Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Diário 209 Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 18 de nov. de 2011, SEÇÃO, 1, p. 12.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Crianças com necessidade educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, n. 5, p. 7-25, 2004.

CARDOSO, Marilene da Silva. **Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão – uma longa caminhada.** Org: STOUBAUS, Clans Dieter; MOSQUEIRA Juan José Mourino. – 2d. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. P. 15 – 24

CARVALHO, Francisco. Reflexões em torno da inclusão em contexto educativo. In: In: FREITAS, Soraia Napoleão (org.). **Tendências contemporâneas de inclusão.** Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2008. p. 31 – 48

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva.** Porto Alegre: Mediação, 2011.

FREITAS, Soraia Napoleão. Sob a ótica da diversidade e da inclusão: discutindo a prática educativa com alunos com necessidades educacionais especiais e a formação docente. In: FREITAS, Soraia Napoleão (org.). **Tendências contemporâneas de inclusão.** Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2008. p. 19 - 30

GARCIA, Rosalba M. Cardoso. **Políticas inclusivas na educação: do global ao local.** In: BAPTISTA, C.R; CAIADO, K.R.M.; JESUS, D.M. (Orgs.). Educação especial: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JESUS, Denise Meyrelles de. Atendimento educacional especializado e seus sentidos: pela narrativa de professoras de AEE. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 6., 2011, Nova Almeida-Serra. **Anais...** Nova Almeida-Serra: Ufes, UFRGS, UFSCar, 2011. CD 1, Denise M. de Jesus.pdf.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D. **A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MARCHESI, Álvaro. A prática das escolas inclusivas. In: **Marchesi, Álvaro. Desenvolvimento psicológico e educação: Transtorno de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** Editora: Artmed, Porto Alegre, 2004.

MENEZES, Maria Aparecida. **Formação de professores de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular.** 2008. 579 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PCU.

MARTINS, Gilbertbueno de Andrade. **Estudo de Caso: Uma estratégia de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2013.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa- características, usos e possibilidades.** São Paulo,

NORONHA, G.C. **Da forma à ação inclusiva: curso de formação de professores para atuar em salas de recursos multifuncionais.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

PERRENOUD, P. **A Pedagogia na escola das diferenças.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Educar e viver na cultura global.** Porto Alegre: Artemd, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. – 13 reimpr. São Paulo, Atlas, 2011.

ROJAS, J. E. A. O indivisível e o divisível na história oral. In: MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R.K. Estudo de caso. **Planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

## APÊNDICES

## **Apêndice A – Declaração de Concordância com Projeto de Pesquisa**

### **POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE DONA INÊS/PB**

Eu, **Dayana Ferreira Marques**, pesquisadora, estudante da especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar, da Universidade Estadual da Paraíba, portador do RG: 2958314 e CPF: 093.639.024-71, declaro que estou ciente do referido Projeto de Pesquisa e comprometo-me em acompanhar seu desenvolvimento no sentido de que se possam cumprir integralmente as diretrizes da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

**Campina Grande - PB, 15 de dezembro de 2017**

---

**Pesquisador Responsável Orientando**

---

**Orientador**

## Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

### **POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE DONA INÊS/PB**

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, \_\_\_\_\_, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa “Perspectivas e desafios: educação inclusiva para alunos com necessidades educativas especiais, no município de Dona Inês/PB”.

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho “**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE DONA INÊS/PB**” terá como objetivo geral “Investigar as ações da Secretária Municipal de Educação do município de Dona Inês sobre voltadas para Educação Inclusiva.” Ao voluntário só caberá a autorização para **responder as entrevistas semiestruturadas sobre os conhecimentos prévios acerca do assunto e construídos no decorrer da pesquisa** e primará por não proporcionar nenhum risco ou desconforto ao voluntário.

- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer

em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.

- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica através do número **(083) 991148272** com **Dayana Ferreira Marques**.

- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, como pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.

- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

---

Assinatura do pesquisador responsável

---

Assinatura do Participante

Assinatura Dactiloscópica do participante da  
pesquisa  
(OBS: utilizado apenas nos casos em que não seja  
possível a coleta da assinatura do participante da  
pesquisa).





## Apêndice C - Termo de Autorização para Gravação de Voz

Eu, \_\_\_\_\_ depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada “**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE DONA INÊS/PB**” poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, **AUTORIZO**, por meio deste termo, os pesquisadores \_\_\_\_\_ a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta **AUTORIZAÇÃO** foi concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citado sem garantir-me os seguintes direitos:

1. Poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. Os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, jornais, congressos, entre outros eventos dessa natureza;
3. Minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. Qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização, em observância ao Art.5º,XXVIII, alínea “a” da Constituição Federal de 1988.
5. Os dados coletados serão guardados por 5anos, sob a responsabilidade do pesquisador coordenador da pesquisa Christiano Cordeiro Soares, e após esse período, serão destruídos e,
6. Serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Ademais, tais compromissos estão em conformidade com as diretrizes previstas na Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Campina Grande - PB. \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

**Assinatura do participante da pesquisa**

---

**Assinatura e carimbo do pesquisador responsável**

## **Apêndice D – Roteiro das Entrevistas Semiestruturadas**

- **Coordenador do Municipal de Educação de Dona Inês**

### **1ª Parte: Dados profissionais**

1. Identificação;
2. Há quanto tempo atua na área de educação;
3. Qual a sua formação?

### **2ª parte: Conhecendo as ações da secretaria de educação**

1. No seu entendimento, o que significa inclusão?
2. Quando surgiram as ações voltadas para educação inclusiva?
3. Como são avaliadas essas ações?
4. Como foi a implantação das salas de recursos para o atendimento especialização no município de Dona Inês?
5. Como a secretaria de educação acompanha o desenvolvimento das ações desenvolvidas no âmbito escolar?
6. Quais são as propostas desenvolvidas pela secretaria para formação continuada dos professores em uma perspectiva inclusiva?
7. Quais os desafios encontrados para desenvolver propostas inclusivas na rede de ensino?

- **Professora da sala regular de ensino**

### **1ª Parte: Dados profissionais**

1. Identificação;
2. Há quanto tempo atua na área de educação;
3. Qual a sua formação?

### **2ª parte: Ações na sala regular**

4. No seu entendimento, o que significa inclusão?
5. Quais as ações voltadas para educação inclusiva proposta pela secretaria municipal de educação nos últimos anos?
6. A secretaria tem proposto alguma formação continuada voltada para educação inclusiva?
7. Essas formações têm contribuído para sua prática educativa?
8. Como é a relação do AEE para o desenvolvimento educacional dos alunos?

- **Professoras do atendimento educacional especializado**

### **1ª Parte: Dados profissionais**

1. Identificação;
2. Há quanto tempo atua na área de educação;
3. Qual a sua formação?

### **2ª parte: Organização e funcionamento**

4. No seu entendimento, o que significa inclusão?
5. Como você se tornou professora do AEE?
6. Você recebeu alguma formação depois que começou a trabalhar no AEE?
7. Como você avalia a atuação da secretaria municipal de educação voltadas para educação inclusiva?
8. Quais as necessidades educativas especiais dos alunos que frequentam o AEE?
9. Você já havia trabalhado com alunos com necessidades educacionais especiais?
10. Em que horário o AEE funciona atendendo alunos?
11. Eles são atendidos em quantos dias da semana? Qual a duração de cada atendimento?
12. Você está satisfeita com a sua escolha profissional?
13. Qual a metodologia adotada para trabalhar com os alunos no AEE?
14. Como é a relação do AEE com as salas regulares?
15. Quais são os desafios encontrados ao se trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais?

**ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**  
**Professora da sala regular de ensino**

**1ª Parte: Dados profissionais**

4. Identificação;
5. Há quanto tempo atua na área de educação;
6. Qual a sua formação?

**2ª parte: Ações na sala regular**

9. No seu entendimento, o que significa inclusão?
10. Quais as formações voltadas para educação inclusiva proposta pela secretaria municipal de educação nos últimos anos?
11. Essas formações têm contribuído para sua prática educativa?
12. Como é a relação do AEE para o desenvolvimento educacional dos alunos?

**ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**  
**Professoras do atendimento educacional especializado**

**1ª Parte: Dados profissionais**

4. Identificação;
5. Há quanto tempo atua na área de educação;
6. Qual a sua formação?

**2ª parte: Organização e funcionamento**

16. No seu entendimento, o que significa inclusão?
17. Como você se tornou professora do AEE?
18. Você recebeu alguma formação depois que começou a trabalhar no AEE?
19. Como você avalia a atuação da secretaria municipal de educação voltadas para educação inclusiva?

20. Quais as necessidades educativas especiais dos alunos que frequentam o AEE?
21. Você já havia trabalhado com alunos com necessidades educacionais especiais?
22. Em que horário o AEE funciona atendendo alunos?
23. Eles são atendidos em quantos dias da semana? Qual a duração de cada atendimento?
24. Você está satisfeita com a sua escolha profissional?
25. Qual a metodologia adotada para trabalhar com os alunos no AEE?
26. Como é a relação do AEE com as salas regulares?
27. Quais são os desafios encontrados ao se trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais?

## **ANEXOS**



**Anexo A - RESOLUÇÃO Nº 03/2014. Estabelece Normas Complementares para o SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO referente à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.**

**RESOLUÇÃO Nº 03/2014.**

*Estabelece Normas Complementares para o SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO referente à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.*

**O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DONA INÊS/PB**, no uso de suas atribuições e, fundamentado no inciso III do artigo 11 e nos artigos 58 a 60 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN; Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996; artigo 205, inciso I; artigo 206 e incisos III e V do artigo 208 da Constituição Federal; nos Decretos Federais nº 3.298/99, nº 3.956/01, nº 5.256/04, nº 6.094/07, nº 7.611/11; na Resolução CNE/CEB nº 02/01; na Declaração Mundial de Educação para Todos (1990); na Declaração de Salamanca (1994); na Declaração da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006); no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria do MEC nº 555/2007, relativamente à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); no Parecer CNE/CEB nº 13/2009; na Resolução CNE/CEB nº 04/2009 e nas Notas Técnicas SEESP/GAB/Nº 11/2010 e 19/2010 e,

CONSIDERANDO os princípios éticos, políticos, estéticos da educação e os princípios legais dos direitos humanos em uma sociedade democrática, justa, igualitária e plural para todos;

CONSIDERANDO o dever de assegurar o direito e a igualdade de oportunidades aos alunos com deficiência intelectual, física, surdez, visual, múltiplas, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, para acesso e permanência com sucesso na educação escolar;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoar, no Sistema Municipal de Ensino de Dona Inês, políticas educacionais inclusivas que garantam o cumprimento do direito à educação para todos os alunos sem discriminação ou

segregação e o amplo respeito às necessidades educacionais que estes alunos possam apresentar no processo de aprendizagem;

CONSIDERANDO a necessidade de orientar a oferta do atendimento educacional especializado nas instituições do Sistema Municipal de Ensino, nas instituições de educação infantil, particulares e nas instituições vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino de Dona Inês,

### **RESOLVE:**

**DISPOR** sobre as Diretrizes para a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no Sistema Municipal de Ensino de Dona Inês.

## **CAPÍTULO I**

### **DA CONCEITUAÇÃO, DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

**Art. 1º** A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, transversaliza todos os níveis, etapas e modalidades da educação escolar, que tem como finalidade possibilitar apoio complementar e suplementar a formação dos educandos por meio de Atendimento Educacional Especializado – AEE, disponibilizando um conjunto de serviços, recursos e estratégias específicas que favoreçam o processo de escolarização dos seus alunos nas turmas comuns do ensino regular, viabilizando o acesso, a participação e a aprendizagem dos educandos com deficiência intelectual, física, surdez, visual, múltiplas, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados nas Unidades de Ensino do Sistema Municipal de Dona Inês.

**Art. 2º** A proposta educacional fundamenta-se no conceito de inclusão, compreendido como paradigma educacional fundamentado num sistema de valores que reconhece a diversidade como característica inerente à constituição de uma sociedade democrática, por meio da garantia do direito de todos à educação, este viabilizado pelo acesso, permanência e continuidade dos estudos no ensino regular, com qualidade.

**Art. 3º** Considerando o conceito de Educação Inclusiva, à qual toda escola brasileira deve se adequar, é condição *sinequa non* que a proposta político-pedagógica das Unidades de Ensino Municipais de Dona Inês apresente uma característica de atuação democrática, marcada pela participação coletiva, colaborativa e dialógica entre os membros de toda a comunidade escolar e desta com a comunidade em geral.

**Art. 4º** A Educação Inclusiva considerará as situações singulares, os perfis, as características biopsicossociais, as faixas etárias dos alunos e se pautará em princípios éticos, políticos, estéticos e legais dos direitos humanos, de modo a assegurar:

I - a Educação Inclusiva entendida como acesso, permanência com qualidade e participação dos alunos na escola, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades educacionais;

II - a dignidade humana e a observância do direito do aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social;

III – a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais no processo de ensino-aprendizagem, visando ao desenvolvimento de competências, habilidades, adoção de atitudes e constituição de valores.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS MEIOS PARA A OFERTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**Art. 5º** O Sistema Municipal de Ensino de Dona Inês desenvolverá a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva por meio de:

I – planejamento de ações e estabelecimento de políticas conducentes à universalização do atendimento dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;

II – transversalidade da Educação Especial nos níveis da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos;

- III – atendimento educacional especializado complementar ou suplementar, não substitutivo à escolarização regular;
- IV – formação continuada e/ou capacitação de professores para o atendimento educacional especializado e, demais profissionais da educação;
- V – participação da família e da comunidade no processo escolar;
- VI – acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação, em conformidade com a legislação pertinente;
- VII – recursos didáticos, tecnologias assistiva e de comunicação, além das salas de recursos multifuncionais;
- VIII – articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

**Art. 6º** A mantenedora deve assegurar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação dos projetos e dos serviços da Educação Especial na construção da Educação Inclusiva, bem como os recursos financeiros, técnicos, humanos e materiais, provendo as Unidades Escolares das condições necessárias a esse atendimento.

**Parágrafo Único** – A avaliação para a identificação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, para indicação quanto ao Atendimento Educacional Especializado, deve ser realizado pelo professor, pela equipe pedagógica da escola, contando com a colaboração da família e a cooperação dos Serviços de Saúde.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA MATRÍCULA**

**Art. 7º** a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Dona Inês implantará, em todas as Unidades do Sistema de Ensino, a matrícula para os educandos com deficiência, não podendo, em hipótese alguma, negar matrícula a esses alunos.

**Art. 8º** Na efetivação da matrícula para os educandos com deficiência, faz-se necessário que:

I – os pais ou responsáveis apresentem laudo clínico que constate a deficiência real da criança, do adolescente ou do jovem pleiteante à vaga na Unidade de Ensino;

II – na inexistência do citado documento, prevalece a efetivação da matrícula, mediante o compromisso da apresentação desse laudo até o início das atividades pedagógicas do ano letivo em questão;

III – persistindo essa inexistência, o professor deverá observar e avaliar, pedagogicamente, o processo de aprendizagem do educando, tendo como base os parâmetros do ano de escolaridade (se houver), nível de ensino em que está inserido e sua idade cronológica;

IV – o professor, em articulação com o gestor e o coordenador pedagógico, procederá ao registro, por escrito, dos avanços e dificuldades do desenvolvimento escolar do educando, mediante o que receberão do Setor de Educação Especial da Secretaria de Educação, orientações necessárias ao encaminhamento desses aos profissionais especializados, para possíveis diagnósticos e atendimentos clínicos;

V – na Escola em que houver sala de recursos multifuncionais, o professor responsável por esta sala, o coordenador pedagógico e o professor titular da sala de aula, realização, em momentos distintos, a avaliação diagnóstico-pedagógica desses educandos;

VI – a sala de recursos multifuncionais é um espaço, na unidade de ensino, onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado – AEE para alunos com deficiência por meio do desenvolvimento de recursos e estratégias de apoio que viabilizem a aprendizagem escolar satisfatória à construção do seu conhecimento.

**Art. 9º** Na formação das turmas deve ser considerada a relação quantitativa entre espaço físico e número de educandos por sala de aula, conforme normas da construção civil para as Unidades Públicas de Ensino:

I – a Escola que dispôr de várias turmas deverá distribuir os alunos de modo que o maior número de pessoas aprenda a conviver com as diferenças e amplie suas expectativas dentro do princípio de educar para a diversidade;

II – a escolha da sala de aula onde o aluno será matriculado terá como critério a idade cronológica, sua maturidade física e social e suas experiências de vida;

III – a sala de aula que incluir alunos com deficiência não deverá ultrapassar o número de 15 alunos na Educação Infantil, 25 alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 35 alunos nos anos finais deste nível de ensino;

IV – a limitação dos dias letivos e horários de permanência dos alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento nas classes comuns, ocorre no caso de possibilidades de risco a si mesmo e/ou aos demais, bem como em casos extraordinários, mediante avaliação realizada pela equipe pedagógica e profissionais da saúde.

**Parágrafo Único** – Exceto os casos previstos no inciso IV, os demais alunos obedecerão a carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das horas letivas para aprovação.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA CARACTERIZAÇÃO DOS ALUNOS**

**Art. 10** Considera-se aluno da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva:

I – alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade;

II – alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento

nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras, incluindo-se alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância e transtornos invasivos sem outra especificação;

III – alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

## **CAPÍTULO V**

### **DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE E ATENDIMENTOS CLÍNICOS**

**Art. 11** O AEE é um serviço da Educação Especial de caráter complementar e/ou suplementar à formação dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação pertencentes ao ensino comum, considerando suas necessidades específicas, de forma a promover o acesso, a participação e a interação nas atividades escolares.

**Parágrafo Único** – O AEE deve ser oferecido em horários distintos, ou seja, no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou em escolas núcleos. O tempo reservado para esse atendimento será definido conforme a necessidade de cada aluno.

**Art. 12** O AEE tem como objetivos identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras de acesso ao conhecimento dos educandos com deficiências matriculados nas salas de aulas comuns, com vistas ao desenvolvimento de sua autonomia e independência na escola e fora dela, não sendo, porém, substitutivo à escolarização.

**Art. 13** Dentre as atividades do AEE são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva, recursos esses necessariamente articulados à Proposta Pedagógica das Unidades de Ensino comum.

**Art. 14** As salas de Recursos Multifuncionais são espaços localizados nas Escolas de Educação Básica onde se realizam AEE, sendo constituídas de mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos adequados às necessidades dos educandos, acessibilidade e equipamentos tecnológicos específicos, bem como de professores com formação para realizarem o AEE.

**Art. 15** De acordo com a área específica, o docente deverá conhecer e usar a Língua de Sinais Brasileira – LIBRAS, conhecer e usar a metodologia de ensino da língua portuguesa como segunda língua para educandos surdos, conhecer e usar o Sistema Braille, conhecer os procedimentos para orientação e mobilidade dos educandos cegos, conhecer e usar o Sorobã, as tecnologias assistivas, a informática, os processos de comum comunicação alternativa, bem como operacionalizar atividades que estimulem os processos mentais superiores, promovendo o desenvolvimento do potencial criativo dos educandos e seu enriquecimento curricular.

**Art. 16** Sobre os aspectos clínicos relacionados aos educandos com deficiência, faz-se primordial que se estabeleça uma parceria entre os profissionais das diversas áreas – sobretudo Saúde, Educação e Promoção Social – notadamente no que respeita ao acompanhamento da evolução do Atendimento Educacional Especializado, ocasionando melhor desempenho de todos: educandos, educador e especialista.

**Parágrafo Único** – Esse atendimento não deve se sobrepor à educação escolar e ao AEE, mas os saberes clínicos, escolar e o especializado devem fazer suas diferentes ações convergir para um mesmo objetivo, qual seja o desenvolvimento dos educandos com deficiências.

## **CAPÍTULO VI**

### **DA FORMAÇÃO E DA FUNÇÃO DOCENTE PARA ATUAR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**



**Art. 18** O professor que atuará no AEE nas salas de recursos multifuncionais deve apresentar o seguinte perfil:

I – ser do quadro funcional do Sistema Municipal de Ensino de Dona Inês;

II – ser graduado em Pedagogia e/ou outra Licenciatura nas demais áreas do conhecimento;

III – ter cursos de Especialização em AEE.

**Art. 19** O monitor/cuidador atua no apoio aos alunos com deficiência e/ou transtornos globais do desenvolvimento que apresentem alto grau de dependência, auxiliando nas atividades de cuidado, de higiene, de alimentação, de locomoção e outras pertinentes a este contexto escolar.

**Art. 20** O monitor/cuidador deve ter formação em nível normal médio, técnico ou nível médio, cursos de aperfeiçoamento na área, cursos de capacitação e participar da formação continuada oferecida pela mantenedora.

**Parágrafo Único** – Não é atribuição do profissional de apoio desenvolver atividades educacionais diferenciadas, ao aluno público alvo da educação especial e nem responsabilizar-se pelo ensino deste aluno.

## **CAPÍTULO VII**

### **DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

**Art. 21** O processo de ensino-aprendizagem do educando com deficiência deve seguir os princípios da Educação Inclusiva, respeitando a diversidade na escola, garantindo métodos, recursos e organizações específicos para atender suas necessidades.

**Art. 22** O ensino ministrado na sala de aula regular em que se encontram educandos com deficiência não sofrerá alterações quanto a currículos e programas, quando necessário, deverá haver organização específica, adequações metodológicas, recursos pedagógicos, tecnológicos e de comunicação diferenciados, para atender as necessidades específicas de cada educando.

**Art. 23** As adequações as necessidades específicas dos educandos com deficiência pressupõem a elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras de ordem de comunicação e sinalização, linguagens e códigos específicos e tecnológicos, que deverão estar contidas nos projetos político-pedagógicos das Unidades de Ensino.

**Art. 24** A avaliação escolar se constituirá de um levantamento de informações de caráter formativo e processual para melhor compreensão da aprendizagem e conseqüente aperfeiçoamento da prática pedagógica. Deverá ser, portanto, dinâmica, contínua, cumulativa e descritiva mapeando os avanços, retrocessos, dificuldades e progressos do educando prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

**Art. 25** Na avaliação das produções textuais escritas em LIBRAS dos educandos surdos devem ser consideradas suas necessidades específicas, ressaltando-se que a estrutura gramatical divergente não será considerada “erros” e sim interpretados como decorrências da interferência da LIBRAS (Língua 1) sobre a aprendizagem da Língua Portuguesa (Língua 2).

**Art. 26** Caso o aluno surdo ou com deficiência auditiva não utilize LIBRAS, os recursos de apoio visual (as imagens, os desenhos, as cenas) precisam ser auxiliados pela teatralização, os gestos, as mímicas, as explicações que demonstram a situação lida e/ou a ideia do conteúdo abordado dentro de um contexto.

**Art. 27** Alunos com baixa visão podem ter acesso ao conteúdo das avaliações das seguintes maneiras:

- I – o profissional do AEE de forma sigilosa amplia o tamanho da fonte das provas e realiza a impressão do material;
- II – podem utilizar também o Sistema Operacional DOSVOX quando a perda visual considerável atrelada a ampliações cada vez maiores da fonte/letra;

- III – na utilização de imagens articuladas com o conteúdo é preciso narrar à imagem ou destaca-la em alto relevo;
- IV – prova transcrita para o Braille;
- V – prova lida pelo professor e o aluno escreve as respostas por meio de uma reglete e punção, máquina de escrever Braille ou computador.

**Art. 28** Alunos com deficiência física e outras deficiências, por uma dificuldade ou ausência da possibilidade de escrita, que impossibilite a resolução das questões da avaliação, poderá fazer mediante:

- I – uso do computador;
- II – uso de escriba (pessoa que fará as anotações escritas para o aluno pode ser o professor do AEE ou o supervisor escolar);
- III – uso de opções de múltipla escolha.

**Art. 29** Alunos com deficiência intelectual poderão também resolver as questões da avaliação por meio de alguns recursos:

- I – uso de gravuras em substituição ao texto auxiliando na compreensão do mesmo;
- II – usar letras, palavras e frases previamente recortados para colagem em lacunas possibilitando a compreensão e a oportunidade de resposta;
- III – usar respostas curtas;
- IV – usar múltipla escolha;
- V – explicações diretas de várias maneiras;
- VI – realização da avaliação, quando necessário, em vários dias;
- VII – tempo extra para realização da avaliação;
- VIII – dar as instruções em passos separados.

**Parágrafo Único** – Os recursos utilizados acima devem fazer parte do dia-a-dia de sala de aula constituindo-se em um somatório de ações conjuntas que beneficiem a turma toda e sejam oferecidos também durante o período das avaliações.

**Art. 30** A avaliação deverá ser acompanhada de um Parecer bimestral descritivo, considerando as habilidades adquiridas pelo aluno, comparando com a avaliação diagnóstica inicial e as sucessivas avaliações bimestrais.

**Art. 31** A organização pedagógica, administrativa e disciplinar da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva constará no Projeto Político Pedagógico das Escolas Municipais que têm salas de AEE e alunos com deficiência matriculados.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 32** O Poder Público Municipal terá um prazo de 02 (dois) anos para regulamentar o Cargo de monitor/cuidador de que trata os artigos 19 e 20 e, realizará concurso público para preenchimento dos cargos necessários e demanda.

**Parágrafo Único** – Neste intervalo de tempo, os cargos poderão ser preenchidos, por profissionais temporários e/ou contratados.

**Art. 33** Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Educação.

**Art. 34** A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dona Inês/PB, \_\_\_\_ de julho de 2014.

**Ieda Freire do Nascimento**

*PRESIDENTE DO CME*

## Anexo B - Parecer Individual



PREFEITURA DE DONA INÊS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

### EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA (Resolução Nº 03/2014 do CME)

Prezado(a) professor(a) de sala de aula regular, em atendimento aos Artigos 21 ao 30 da Resolução Nº 03/2014 normatizada pelo Conselho Municipal de Educação em 10 de junho de 2014, sobre a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, solicitamos a Vossa Senhoria que seja feita a elaboração de um parecer descritivo como trata a resolução, contendo as seguintes habilidades: **cognitivo, linguagem, contexto do ambiente escolar, familiar, saúde, desenvolvimento físico, afetivo e social de aprendizagem** apresentado pelo(a) aluno(a) no decorrer das atividades e relacionamentos vivenciados na rotina escolar 2017.

As Cópias do referido parecer deverão ser encaminhadas e arquivadas na sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE) localizada na Escola Municipal do Ensino Fundamental Senador Humberto Lucena e na escola da sala regular.

Unidade Escolar:	Escola Municipal do E.F. Senador Humberto Lucena			
Nome:				
Ano/Turma:	Turno:	Matutino	Ano Letivo:	2017
Área do Conhecimento se for da 2ª Fase do EF:				
Professor(a):				

#### PARECER DESCRITIVO

Observando a aluna Ludymilla Menezes Mexira ao longo deste primeiro bimestre, foi possível perceber que houve poucos avanços no desenvolvimento cognitivo, pois a discente não consegue executar as atividades propostas quando recebe atenção exclusiva.

Em relação a linguagem oral, esta tem melhorado, contribuindo para aprimorar nossa comunicação em sala de aula. Prova disso, é o fato de que a aluna quando quer algo ou está sentindo alguma dor ou desconforto procura me avisar. Já a linguagem escrita apresentou pouco desenvolvimento.

Na sala de aula a aluna comunica-se com poucos colegas, mas todos a tratam com respeito e afeto. Seu comportamento é muito bom, cumprindo as regras e combinados em sala. Também percebi que a família tem vindo mais a escola, inclusive, já tive a oportunidade de conversar com a mãe da aluna, que me esclareceu algumas dúvidas. Entretanto, cabe destacar que nos dias em que a mãe esteve na escola, a aluna ficou muito inquieta não quis ficar dentro da sala de aula.

Aparentemente, a aluna apresenta uma boa saúde, sendo



raras suas ausências as aulas. Porém, em algumas oportunidades a discente tem reclamado de dores na cabeça ou barriga.

Seu desenvolvimento físico aparentemente está em conformidade com sua faixa etária, não apresentando qualquer dificuldade de locomoção. O nível afetivo tem apresentado avanços, pois se comportou de maneira adequada em sala de aula, interagiu com outros colegas e os professores.

Em face o exposto, conclui que a referida aluna tem apresentado pequenos avanços, mas, os resultados poderiam ser melhores se houvesse um material didático adequado as necessidades de aprendizagem da discente.

PARÊCER DESCRITIVO

Doná Inês PB, 16 de Outubro de 2017.

Professor(a)

## Anexo C – Plano de Ação 2018



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA DE DONA INÊS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SENADOR HUMBERTO LUCENA  
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE

### PLANO DE AÇÃO-2018 DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

#### IDENTIFICAÇÃO

<b>Unidade de Ensino de Atendimento:</b>	Escola Municipal do Ensino Fundamental Senador Humberto Lucena
<b>Endereço:</b>	Rua Anézio Ferreira de Lima – 250 – Centro – Dona Inês PB.
<b>Diretora:</b>	
<b>Coordenadores:</b>	
<b>Professoras do AEE</b>	
<b>Profissionais Clínicas</b>	

#### SISTEMATIZAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

##### I – Orientações Técnicas:

1. Reflexão sobre Educação Especial Inclusiva;

2. Mapeamento dos alunos por escola;
3. Mapeamento dos familiares dos alunos por comunidade;
4. Construção da ficha de identificação e perfil destes alunos;
5. Construção de diagnósticos pedagógicos; psicopedagógicos; parecer social, etc.;
6. Encaminhamento de alunos para outros profissionais (psicólogo, neuro, fono, pediatra, psiquiatra, assistente social, terapeuta, etc.);
7. Construção de Planos de trabalho individuais para alunos nas salas de recursos multifuncionais;
8. Acompanhamento destes alunos nas salas de recursos multifuncionais.

#### **II – Atendimento dos Alunos:**

1. Individuais ou coletivos nas salas de recursos multifuncionais;
2. Por meio de visitas domiciliares e visitas escolares;
3. Terapia Lúdica.

#### **III – Atendimento aos Pais e ou responsáveis:**

1. Individuais ou coletivos;
2. Por meio de visitas domiciliares;
3. Terapia familiar.

#### **III – Temáticas para Estudos Continuados**

1. Deficiência intelectual;
2. Deficiência auditiva;
3. Deficiência física;
4. Deficiência visual;
5. Pessoa com surdez (surdo);
6. Pessoa com cegueira (cego);
7. Autismo;

8. Altas habilidades/superdotação;
9. Libras;
10. Braille;
11. Soroban;
12. A avaliação da pessoa com deficiência.

#### **IV – Oficinas**

1. Construção de materiais específicos para o trabalho no atendimento educacional especializado nas de recursos multifuncionais;
2. Construção de indicadores da avaliação dos alunos da pessoa com deficiência através de pareceres;
3. Terapia lúdica em grupo;
4. Terapia familiar;
5. Meio ambiente;
6. Mexa-se brincando (atividade física);
7. Argila;
8. Arte terapia;
9. Fotografia.

#### **PRINCÍPIOS NORTEADORES**

1. Garantir o atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades educacionais especiais na escola contemplada com a sala de recursos multifuncionais.
2. Possibilitar a compreensão do sentido da inclusão e estimular a reflexão e a discussão social, envolvendo, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores, pessoal de apoio à equipe escolar e às famílias, bem como secretário de educação.

#### **OBJETIVOS**

1. Orientar, apoiar e acompanhar o trabalho das escolas;
2. Oferecer suporte aos gestores e coordenadores e professores para que possam localizar e analisar as causas das dificuldades dos alunos em todas as áreas das suas atividades;



3. Identificar, avaliar e propor intervenções nas diversas áreas da aprendizagem com foco nos possíveis ajustamentos;
4. Propor a equipe gestora uma reflexão coletiva do Projeto Político Pedagógico de sua escola e dar suporte para a construção coletiva de uma proposta de inclusão;
5. Propor ao grupo de professores a flexibilização do currículo, no tocante às atividades estratégicas;
6. Fazer o levantamento da demanda a ser atendida na Sala de Recursos multifuncionais;
7. Realizar oficinais de formação e confecção de materiais para as salas de recursos multifuncionais.

**PLANO E EXECUÇÃO INICIAL DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

Ação (ões)	Período	Responsáveis	Resultado(s) Esperado(s)
Construir o plano de ação – 2018	02 de fevereiro	Profissionais AEE	Alcançar as metas do plano de ação-2018.
Estruturar a sala e material	05 e 09 fevereiro	Profissionais AEE	Organização da sala para os atendimentos.
Reunião com os profissionais educacionais do AEE e o coordenador pedagógico, direção do Lucena e SEMEC.	08 de fevereiro	Profissionais AEE SEMEC Lucena	Articular e finalizar o plano de ação 2018.
Visitar as famílias dos alunos direcionados para a sala do AEE.	19 a 23 de fevereiro	Profissionais do AEE	Conhecer o âmbito familiar de cada aluno.
Visitar as escolas públicas municipais e Estaduais.	A cada bimestre 1º bimestre (26 de fevereiro à 02 de março)	Equipe do AEE	Conhecer o âmbito educacional do aluno e seu respectivo professor (a).
Realizar os planos de aula com o resumo de caso.	05, 06,07 de março	Profissionais do AEE	Planejar o resumo de caso, objetivando trabalhar com a necessidade individual de cada aluno (a).
Elaborar o quadro de atendimento dos alunos do AEE.	08 de março	Profissionais do AEE	Finalização dos horários de atendimentos.

Realizar reunião com os pais ou responsáveis dos alunos inseridos na sala do AEE.	13 de março	SEMEC Profissionais AEE Lucena	Consolidar os atendimentos com os pais ou responsáveis.
Realizar 4 reuniões com os pais ou responsáveis dos alunos inseridos na sala do AEE.	Bimestral	SEMEC HL Profissionais do AEE	Uma devolutiva dos pais em relação ao trabalho de Atendimento Educacional Especializado.
Renovar as fichas dos alunos	14 e 15 de março	AEE e pais	Organizar a ficha de cada aluno com seus respectivos documentos.
Iniciar os atendimentos da equipe do AEE.	19 de março	Profissionais do AEE	Realizar Atendimento, diagnóstico e acompanhamento psicopedagógico, fonoaudiológico, psicológicos e linguagem de sinais para alunos com dificuldades de aprendizagem;
Realizar visitas domiciliares dos alunos da sala do AEE.	Bimestralmente	Profissionais do AEE	Monitorar o desenvolvimento dos alunos da sala do AEE no âmbito domiciliar.
Realizar visitas escolares	Bimestralmente (última semana de cada mês).	Profissionais do AEE	Monitorar o desenvolvimento dos alunos da sala de aula regular.
Participar dos encontros pedagógicos	Bimestralmente	Profissionais do AEE	Auxiliar os professores em relação aos alunos também atendidos na sala do AEE.
Realizar reunião com equipe de profissionais do AEE.	Mensalmente	Profissionais do AEE	Trocar experiência e discussão dos casos da sala do AEE.
Promover campanhas, palestras, festas e eventos.	Datas comemorativas.	Profissionais do AEE	Conseguir a interação dos alunos da sala; Conscientizar a importância das campanhas e data comemorativas e palestras;

Promover palestra para os professores da rede de ensino.	Agosto	Profissionais do AEE	Orientar o corpo discente sobre possíveis características do Autismo e deficiência intelectual.
Criar um portfólio de casos.	Semestral	Profissionais do AEE	Criar um banco de dados dos alunos.
Alimentar o facebook do AEE.	Semanalmente	Profissionais do AEE	Postar fotos e divulgar as atividades desenvolvidas no AEE.
Acompanhar a frequência dos alunos na sala do AEE.	Diariamente	Profissionais do AEE	Manter a frequência atualizada.
Firmar parceria com a Secretaria de Assistência Social e Habitação e Secretaria de Saúde.	Diariamente	Secretarias e AEE	Solucionar problemas encontrados no âmbito familiar e de uso contínuo.
Promover a Semana da Pessoa com Deficiência.	Setembro	Secretarias e AEE	Sensibilizar a comunidade em relação ao respeito a pessoa com deficiência; Informar a comunidade sobre a nova Lei Brasileira de Inclusão; Proferir palestras com a temática inclusão nas escolas da Rede Municipal de Ensino; Executar uma semana de evento que envolva toda secretaria do município.
Realizar uma viagem para Lagoa de Carcará-RN.	Junho	AEE Parceiros	Promover um dia de lazer para as famílias do Atendimento Educacional Especializado-AEE.
Apresentar as produções realizadas nas oficinas, no evento do Raízes do Brejo- Rota Cultural-2018.	Novembro	AEE Parceiros	Demonstrar as habilidades e potencialidades dos alunos do AEE.
Realizar rifas e bazar	Setembro	AEE Parceiros	Arrecadar fundos para a festividade natalina.
Executar o projeto: Colaborando com o desenvolvimento e aprendizagem das pessoas	Durante o ano de 2017	Professora Tayze; Professora Claudia;	Sensibilizar os alunos do ensino fundamental da segunda fase da

com deficiência e transtorno globais do desenvolvimento da rede municipal de ensino.		Professora Martem; Professor Joseilson Equipe AEE.	importância da inclusão das pessoas com deficiência, com o intuito de colaborar no processo de desenvolvimento afetivo e social e da aprendizagem.
Divulgar os dias de alusão das deficiências.	02 de abril- Autismo; 21 de março- Síndrome de Down; 26 de setembro- Auditivo; 21 a 28 de agosto Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla.	Professores; AEE;	Informar a sociedade local da importância de celebrar o dia alusivo à deficiência em questão.
Realizar Psicoterapêutico com os pais do AEE.	1 vez ao mês	Psicóloga Lailah	Fortalecer o vínculo familiar;
Realizar atividades físicas.	Durante o ano de 2018	Professora Tayze AEE Alunos envolvidos.	Proporcionar atividade física de forma lúdica, favorecendo a inclusão, o desenvolvimento social, cognitivo e afetivo dos alunos com e sem deficiência; Produzir cartazes de sensibilização da importância da inclusão das pessoas

			com deficiência; Expor cartazes de sensibilização no âmbito escolar.
Realizar atividade de arte	Durante o ano de 2018	Professora Claudia AEE Alunos envolvidos.	Propor atividades de arte, vídeos e filme de para sensibilização do docente; Produzir cartazes de sensibilização da importância da inclusão das pessoas com deficiência; Expor cartazes de sensibilização no âmbito escolar.
Realizar atividade diferenciada de Ciências	Durante o ano de 2018	Professora Martem Lucia; AEE	Promover contato direto com a terra, água e plantas; Produzir cartazes de sensibilização da importância da inclusão das pessoas com deficiência; Expor cartazes de sensibilização no âmbito escolar.
Envolver relacionado ao meio ambiente	Durante o ano de 2018	Professor Joseilson; AEE	Propor o contato físico e o cuidado com os animais; Promover equoterapia uma vez no mês, no Sítio Chã de Palhares.

Dona Inês PB, 02 de fevereiro de 2018.

## Anexo D – Plano de Atendimento Individual



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO- AEE

Professoras: Debora Moreira, Martem Lucia e Benedita Cristina.

### Plano de aula

**Aluno (a):**

**Escola que leciona:** Escola Municipal de Ensino Fundamental Senador Humberto Lucena

**Diretora (a) da sala regular:**

**Professora do AEE:**

**Ano de ensino:** 7º ano B    **turno:** manhã    **1º bimestre**

**Tipo de deficiência:** Deficiência auditiva. CID- H 91.9

**Idade:** 14 anos

**Período do plano:** ( ) anual ( ) mensal ( X ) bimestral

**Dia do atendimento** ( ) seg ( ) ter. ( ) quar. ( X ) quin. ( X ) sex.

**Horário:** 14h00minh e 13h00min min

#### **Resumo do caso**

A referida aluna mostra-se sempre muito atenciosa, tem mudança de comportamento constante, tem muita dificuldade em resoluções matemáticas, causando lhe um grande bloqueio matemático, como também em produção textual. A mesma atende aos comandos, pois ele domina razoavelmente a linguagem de sinais, já escreve algumas palavras com autonomia, conhece as cores. Vale registrar que a referida aluna também é acompanhada pela FUNAD, também gostaria de fazer o registro da presença de sua mãe na vida de sua filha, ode mostram ser amigas e companheiras. No entanto percebe-se que Alice é aceita e respeitada pelos colegas e profissionais no âmbito educacional, porém é preciso o apoio de um interprete de libras, para assim melhorar seu desempenho acadêmico.

#### **Objetivo do plano**

- Possibilitar e estimular o desenvolvimento cognitivo da aluna quanto à leitura e escrita, através de recursos como: alfabeto em Libras, computador, livros, imagens, jogos e musicais com estratégias colaborativas com os colegas;
- Promover o avanço para superação dos níveis do estágio do desenvolvimento intelectual e hipóteses da escrita através de atividades desafiadoras e lúdicas que visando à apropriação do código alfabético pelo aluno (a);
- Identificar, organizar e planejar de forma coletiva e colaborativa com o professor da sala de aula através de seleção de estratégias e de recursos para a melhoria da aprendizagem do referido aluno e do uso de metodologia diversificadas;
- Estimular o interesse da referida aluna pela apropriação dos conceitos matemáticos desenvolvendo o raciocínio lógico através da ideia de numerais;
- Estimular a linguagem de sinais e conseqüentemente o aperfeiçoamento da escrita.

#### **Desenvolvimento do atendimento:**

##### **Linguagem:**

- Cartaz do alfabeto maiúsculo/minúsculo em libras;
- Apresentação das letras do alfabeto e dos numerais no computador;
- Uso de recursos como: dominó de palavras, bingo de sílabas, dominó do alfabeto, quebra – cabeça com as famílias silábicas, jogos de memórias;
- Trabalho utilizando jogos de palavras e famílias silábicas;
- Uso do software no computador: Ciranda da Inclusão para aprendizagem das famílias silábicas e jogos para fixação das sílabas introduzidas;
- Relação entre palavras a imagens para que o aluno construa e avance em sua hipótese de escrita partindo do que ela já sabe;

##### **Matemática:**

- Uso de jogos lúdicos no computador e da sala de recursos para aprendizagem dos números;
- Uso de materiais concretos, para desenvolver o raciocínio lógico-matemático, como: tangram bingo e jogos matemáticos.

##### **Trabalho colaborativo com o professor:**

- Visitar a sala regular na qual o referido aluno (a) está inserido, para diagnosticar e listar quais as potencialidades e necessidades educacionais específicas do aluno (a), para posteriormente traçar estratégias e ações de atendimento na sala regular e eventualmente conforme necessidade específica;
- Colaborar nos planejamentos com os professores montando assim, um banco de atividades;
- Elaborar um parecer descritivo, onde atenda as seguintes habilidades: cognitiva, linguagem, contexto do ambiente escolar, familiar, saúde, desenvolvimento físico, afetivo, e social de aprendizagem.

##### **Trabalho com a família:**

- Conhecer a realidade do aluno (a) dentro e fora da escola com reuniões bimestrais dos pais dentro da escola;
- Visitar as famílias em domicílios, quando o mesmo está faltando aos atendimentos;

- Trabalho colaborativo com a família para juntos buscar parcerias e assim melhorar o nível de aprendizagem.

**Materiais a ser utilizados:**

- Alfabeto móvel e jogos educativos;
- Jogo pedagógico em CD e DVD;
- CD de música variadas;
- Atividades impressas;
- Jornais, revistas, tipos e gêneros textuais, papel em geral para cartazes, fantoches para as dramatizações.
- Tablet;
- Computador;
- Quebra- cabeça.

**Avaliação:**

- O plano deverá ser avaliado durante toda a sua execução de forma contínua.
- Será realizado diariamente registros de participação e desenvolvimento do aluno (a).

Assinatura do(a) professor(a)

Nome do(a) aluno(a)

Nome do(a) pai/mãe/responsável

Assinatura do(a) responsável

Assinatura do(a) professor(a)

---

**Professora do AEE.**

Data de entrega

Assinatura do(a) responsável

Assinatura

Assinatura do(a) professor(a)

Assinatura do(a) responsável

Assinatura do(a) professor(a)

Assinatura do(a) responsável

Assinatura do(a) professor(a)

Assinatura do(a) responsável

Assinatura do(a) professor(a)

Assinatura do(a) responsável

Assinatura do(a) professor(a)

Assinatura do(a) responsável

Assinatura do(a) professor(a)

Assinatura do(a) responsável